

CADMO

Revista do Instituto Oriental
Universidade de Lisboa

8/9

東方學研究所
東方學研究所

ALBERT DE PURY, TOMAS RÖMER, JEAN-DANIEL MACCHI (ED.), *Israël construit son histoire. L'historiographie deutéronomiste à la lumière des recherches récentes*, Labor et Fides, Genève 1996, ISBN 2-8309-0815-5

Como no caso de *Le pentateuque en quaestion* (Labor et Fides, Genève 1989, ²1991; ver *Cadmo*, 2, 1992, 153-156), a Obra resulta de um seminário de 3º ciclo promovido pelas faculdades de Teologia da Suíça francófona (universidades de Friburgo, Neuchâtel, Lausana e Genebra), realizado em sete fins de semana de 1995. Sem grandes tergiversações, os professores de Antigo Testamento dessas universidades decidiram-se por atacar mais um «problema central de ciência veterotestamentária, o da 'historiografia deuteronomista'» (p. 1). De facto, as mudanças de perspectiva no tratamento científico da historiografia deuteronomista nos últimos trinta anos só têm paralelo com a revolução à volta do Pentateuco. Comparativamente, a situação da historiografia do Cronista, da literatura profética e sapiencial e dos Salmos tem sido muito mais tranquila.

Para tratar da historiografia deuteronomista convergiram especialistas de vários quadrantes geográficos, culturais e confessionais (Alemanha, França, Itália, Irlanda, Suíça, Israel e Estados Unidos). Nas intervenções dos representantes de diversas correntes, em perspectiva ampla, ficou uma significativa amostra da complexidade do problema, agora acessível na Obra em apreço.

Apreço e reconhecimento pelo imenso trabalho desenvolvido são os sentimentos que afloram ao leitor atento perante a I Parte – Introdução (pp. 9-120: «L'historiographie deutéronomiste. Histoire de la recherche et enjeux du débat»). T. Römer e Albert de Pury traçam a longa história da discussão, não apenas a partir da proposta da hipótese (M. Noth, em 1943), mas da tradição judaica sobre a autoria dos seus «profetas anteriores» (Jos-2 Re), passando pelo advento da crítica no século XVI e pela descoberta do fenómeno deuteronómico (De Wet- te, Vater) e a subsequente interrogação sobre a composição dos livros históricos, no séc. XIX. M. Noth, com metodologia diferente da crítica literária e história das formas (história da tradição), coroou brilhantemente a investigação anterior. Com raras excepções, a hipótese teve geral acolhimento por duas boas décadas. Até que, em finais dos anos 60, se começaram a dividir as águas, como mostram exaustivamente os autores da «Introdução». Como «balanço e perspectivas» ressalto antes de mais que o «facto dtr está bem estabelecido» (p. 114) e que é difícil definir a intenção do(s) autor(es) (teodiceia ou triunfalismo?). Em todo o caso, não se pode ver essa intenção só à

luz dos versículos finais. Há que atender à *Sternstunde* da ruína de Jerusalém e Judá e ver a história como «longa duração» (115-116).

A II Parte amplia o quadro literário, geográfico e cultural, com trabalhos de Sara Iaphet, «L'historiographie post-exilique: comment et pourquoi?» (pp. 123-152), Marcel Detienne, «Pour un débat sur les historicités comparées» (pp. 153-166) e Jean-Jaques Glassner, «Les temps de l'histoire en Mésopotamie» (pp. 167-189).

A III Parte (pp. 191-262: «Crítica textual e crítica literária») é apenas uma amostragem do trabalho minucioso que o estudo da historiografia implica. Só dois trabalhos: Adrian Schenker, «Jeroboam et la division du royaume dans la Septante ancienne. LXX 1 R 12,24a-z, TM 11-12; 14 et l'histoire deutéronomiste» (pp.193-236); Stephan Pisano, «2 Samuel 5-8 et le Deutéronomiste. Critique textuelle ou critique littéraire?» (pp. 237-263).

Aflora-se na IV Parte (pp. 265-339: «Métodos diacrónicos e sincrónicos») um problema deveras actual em toda a exegese bíblica, e não só na historiografia deuteronomista ou no Antigo Testamento: interpretar os textos no estado final em que nos chegaram (leitura sincrónica e «canónica») ou à luz da sua história literária (interpretação diacrónica)? A este problema se dedicam três estudos: Steven L. McKenzie, «Cette royauté qui fait problème» (pp. 267-295) sobre a intrincada questão de 1 Sam 8-12; Walter Dietrich, «Histoire et Loi. Historiographie deutéronomiste et Loi deutéronomique à l'exemple du passage de l'époque des Juges à l'époque royale» (pp. 297-323); Françoise Smith, «Quand Josias fait son oeuvre ou le roi bien enterré. Une lecture synchronique de 2 R 22,1-23,28» (pp. 325-339).

A V Parte (pp. 341-374) trata das «fontes da historiografia deuteronomista» num único estudo: Jacques Briand, «Les sources de l'historiographie deutéronomiste. Recherches sur Jos 1-12».

A VI Parte (pp. 375-441: «Os ambientes dos deuteronomistas») chama a atenção para o meio social postulado para a historiografia deuteronomista, em três estudos – um de serena investigação, os outros dois a seu jeito provocantes: Rainer Albertz, «Le milieu des deutéronomistes» (pp. 377-407); Ernst Axel Knauf, «L'historiographie deutéronomiste (DtrG) existe-t-elle» (pp. 409-418); Thomas Römer, «Y a-t-il une rédaction deutéronomiste dans le Livre de Jérémie?» (pp. 419-441).

A VII Parte (pp. 443-508: «Ideologia deuteronomista e teologia do Antigo Testamento») encerra com o enquadramento teológico, em dois estudos que mal variam na fraseologia do título: Martin Rose, «Idéologie deutéronomiste et théologie de l'Ancien Testament» (pp. 445-476);

Andrew D. H. Mayes, «De l'idéologie deutéronomiste à la théologie de l'Ancien Testament» (pp. 477-508).

Dois índices (lugares bíblicos e autores) e uma breve apresentação dos colaboradores encerram o volume, que prestará enorme serviço a quantos pretenderem inteirar-se a situação actual da História Deuteronomista, estudantes e leitores interessados nestas matérias. Os organizadores optaram pela versão em francês dos textos escritos, e certamente lidos nas sessões do seminário, noutras línguas. Com isso, não só deram maior uniformidade à Obra como facilitaram o acesso a quem não ler inglês (o que será raro) ou alemão.

José Nunes Carreira

OTHNIEL MARGALITH, *The sea peoples in the Bible*, Harrassowitz Verlag, Wiesbaden, 1994, 254 pp.

Este livro foi inicialmente redigido e publicado em hebraico, em 1988, e foi em seguida traduzido para inglês pelo próprio autor. Para o tema que nele é tratado esta circunstância tem alguma pertinência, uma vez que incide de forma bem profunda na questão da origem étnica dos Hebreus. De facto, a questão dos Povos do Mar na Bíblia aparece aqui não propriamente com os contornos da clássica problemática dos Filisteus e outras entidades ou povos afins, que são um facto de grande visibilidade na documentação e de bastante atenção por parte da historiografia bíblica. A questão dos Povos do Mar é aqui tratada como uma massa quase incontável de dados sobre povos e figuras que têm as suas raízes no mundo egeo-anatólico de conotação grega e que marcam presença destacada ao longo da literatura bíblica.

O que os dados aqui estudados apresentam de comum é o seu carácter antigo: eles reportam-se à época em que os Hebreus se encontraram em Canaã para a sua definitiva etapa de implantação e de constituição como um povo ou como um aglomerado de doze tribos. Esse tempo primitivo e constituinte é contemporâneo da época dos Povos do Mar. E aqui se encontra o denominador comum tanto cronológico como cultural para a variedade de dados que, mesmo de algumas camadas antigas e precoces da Bíblia, apontam para os lados do mundo grego como origem e como identidade.

Os indícios por onde se detectam e elaboram as origens egeias de algumas realidades humanas, lexicais e civilizacionais entroncam-